

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Comércio

Class.: 1792

Data: 26.07.90

Pg.: _____

Garimpos recuperam pistas

Ministério sem verbas para retirar invasores de reservas

BRASÍLIA — A segunda etapa da operação de destruição das pistas clandestinas de pouso e retirada de garimpeiros da reserva Ianomami, em Roraima, prevista para o próximo mês, poderá ser adiada por prazo indeterminado. A previsão é do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Tércio Sampaio Ferraz. "Pode ser que isto venha a acontecer, quando houver recursos", declarou o secretário. Acrescentou que desconhece a possibilidade de o Governo liberar Cr\$ 150 milhões para a Fundação Nacional do Índio (Funai), conforme anunciado,

há cerca de 15 dias, pelo presidente interino do órgão, coronel Airton Alcântara, para financiar a nova etapa de desocupação da reserva Ianomami.

Enquanto isso, as pistas clandestinas de pouso, destruídas por ordem do presidente Fernando Collor, estão sendo recuperadas pelos garimpeiros. Das 14 pistas dinamitadas em maio, três — Maracanã, Xiriana e Rainha do Inajá — voltaram a ser usadas pelos garimpeiros e mais seis, na área de Surucucus, estão em fase final de recuperação. Na avaliação da Funai, o fluxo de garimpeiros, que já é intenso entre

Surucucus, Piapiú e Jeremias, tende a aumentar no próximo mês, com o final das chuvas.

Além disso, a alta cotação do ouro — Cr\$ 989,50 o grama — seria um bom estímulo ao retorno dos invasores. Ainda na análise da Funai, a partir de agosto, os garimpeiros tentarão recuperar o impacto econômico que tiveram com a edição do Plano Collor, que confiscou os depósitos bancários acima de Cr\$ 50 mil e forçou uma queda no valor do ouro. Em maio o grama baixou de Cr\$ 1 mil para Cr\$ 300,00.

Segundo o secretário Tércio Ferraz, as ações do

Governo federal na reserva foram dificultadas pelas decisões da Justiça de Roraima, que concedeu liminar em favor dos garimpeiros invasores. Ele reconhece que a falta de recursos financeiros, no entanto, é o grande empecilho a ação mais efetiva do Governo. "Uma das soluções seria a demarcação da reserva", observa. A falta de dinheiro está impedindo até mesmo a Polícia Federal de agir. O secretário nacional de Polícia Federal, delegado Romêu Tuma, admitiu que os agentes federais têm dificuldades materiais para atuar na reserva Ianomami.